

**REQUERIMENTO**      Número      /      (      .<sup>a</sup>)

**PERGUNTA**      Número      /      (      .<sup>a</sup>)

Expeça - se

Publique - se

O Secretário da Mesa

Assunto:

Destinatário:

**Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República**

Um ano decorrido dos incêndios de outubro de 2017, o PCP realizou jornadas de contacto com agricultores, produtores e população em geral na região centro do país. Uma das preocupações que foi transmitida ao Grupo Parlamentar consistiu nos escassos apoios que os apicultores receberam.

Um dos casos concretos que tivemos a oportunidade de conhecer foi colocado por via de um apicultor que tinha 400 colmeias e a quem o incêndio destruiu mais de 300. No momento atual, dispõe apenas de 160 colmeias. No âmbito do Programa de Desenvolvimento Rural, a medida 6.2.2. do PDR 2020 para o restabelecimento do potencial produtivo apenas permitiu a reposição de 80 colmeias, o que foi manifestamente insuficiente, uma vez que ficou muito aquém do potencial produtivo prévio aos incêndios. Na verdade, o valor real dos enxames que arderam era claramente superior ao apoio que foi atribuído: 60€ por enxame. Nesse sentido, para repor o número de colmeias, este apicultor comprou as restantes colmeias, recorrendo a financiamento bancário.

Além de estar ainda longe do número de colmeias que possuía, o apicultor enfrenta agora dificuldades acrescidas pela falta de alimento para alimentar as abelhas. Inicialmente, teve apoio da Associação de Apicultores em Viseu, onde pôde ir buscar algum açúcar e melaço, mas agora está sem recursos para fazer face à falta de alimento.

O PCP considera que a falta de flora apícola, que constitui a alimentação natural dos enxames, tem de ser considerada, sendo necessário o alargamento da atribuição de apoios à alimentação dos enxames. Refira-se ainda que como não há alimento/pólen para as abelhas, a dose da ajuda deveria ser **de 1 kg/mês e por colmeia** até haver de nova vegetação arbustiva, o que nas áreas ardidas demora cerca de dois anos.

A somar à falta de alimento junta-se a dificuldade de encontrar no mercado materiais para concretizar o projeto, com particular destaque para novos enxames (os que se encontram à venda atualmente são muito caros), o que afeta de forma relevante a capacidade de executar os projetos a que os apicultores se candidatam.

A situação é preocupante, não só pelo impacto na redução da produção de mel e pelo aumento dos custos de produção, mas também porque a redução do efetivo apícola pode prejudicar a polinização das árvores de fruta e o restabelecimento das próprias áreas ardidas.

Assim, ao abrigo das disposições regimentais e constitucionais devidamente aplicáveis, solicita-se a V.<sup>a</sup> Ex.<sup>a</sup> que possa remeter ao Governo, por intermédio do Ministério da Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural, o pedido de resposta às seguintes questões:

1. Que balanço faz o Governo da situação atual dos apicultores e da apicultura nas áreas afetadas pelos incêndios de outubro de 2017?
2. Vai o Governo tomar medidas no sentido de garantir a alimentação artificial das colónias de abelhas, pelo menos até à Primavera a um nível de 1 kg/mês e por colmeia?
3. Está o Governo disponível para alargar a atribuição de apoios aos apicultores vítimas dos incêndios, nomeadamente no que respeita à alimentação dos enxames?
4. Está o Governo disponível para apoiar os apicultores quanto à reposição do rendimento perdido até níveis de produção prévios ao incêndio?

Palácio de São Bento, 25 de outubro de 2018

Deputado(a)s

ANA MESQUITA(PCP)

JOÃO DIAS(PCP)